


2004-e.net

Chega o fim do ano e nada mais saudável do que fazermos um balanço do que realizamos e do que não demos conta, de nossos ativos e passivos, de nossos êxitos e fracassos. A partir desse inventário, temos condições de buscar entender onde acertamos e porque erramos no passado, o que



Foto: Eduardo de Souza

Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico

 cid.torquato@camara-e.net

talvez nos permita uma visão mais pragmática dos desafios do futuro, do ano vindouro, para melhor planejá-lo e, claro, melhor executar o que planejamos.

Nesse sentido, tenho certeza, 2004 será um ano muito melhor para o Brasil como um todo e em particular para nosso mercado de tecnologia da informação, para nossa economia digital.

Mas, também, tenho certeza de que, para ampliarmos o desenvolvimento das tecnologias da informação no Brasil, temos de evoluir consideravelmente em alguns pontos importantes, que, hoje, direta ou indiretamente, travam a nossa evolução. Assim, permito-me, abaixo, algumas considerações, que poderiam (ou deveriam) fazer parte da agenda e-Brasil para o ano entrante. Aí vão:

- Fortalecimento e maior participação das entidades do setor privado na discussão, formulação, proposição, monitoramento e interlocução com os agentes públicos sobre políticas públicas e regulatórias para as TICs no País.
- Engajamento dos agentes privados na elaboração da nova política empresarial e de uma abrangente política nacional de tecnologia da informação, que contemple a universalização de acesso e a integração das iniciativas sobre e-Gov, negócios eletrônicos, educação e capacitação, segurança, financiamentos à indústria nacional e exportações, nos níveis federal, estaduais e municipais.
- Formação de consenso e aprovação de legislação necessária

sobre documentos eletrônicos, crimes, segurança e privacidade, que balizarão o correto crescimento de nosso mercado.

- Esforços concentrados para a inclusão das micros, pequenas e médias empresas na economia digital, bem como pragmatismo nas discussões sobre a utilização dos recursos do FUST.

- Incentivos à ampliação “radical” de banda larga, fixa e móvel, e de Wi-Fi em todo o País, minimizando, assim, os efeitos da chamada “segunda exclusão digital”.

- Padronização e consolidação dos critérios métricos de mercado relativos ao uso das tecnologias da informação.

- Maior inserção brasileira no mercado global e nas negociações internacionais sobre comércio eletrônico e tecnologias da informação, tendo como ponto de partida a institucionalização de uma ampla, democrática e sistemática interlocução entre os setores produtivos, a sociedade civil e os agentes públicos, promovendo a formação de consenso entre os stakeholders e evitando indesejáveis manifestações de unilateralismo governamental.

Para finalizar, antes de desejar a todos excelentes festas e bons negócios em 2004, vale lembrar que, em 2003, o universo das tecnologias da informação não esteve representado no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, ou seja, nossa verdadeira batalha deve ser por elevar as TICs, a economia digital e a sociedade da informação ao topo das prioridades nacionais.

Contem comigo!

